



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Estado de Receita

Assunto : Esclarecimento sobre o regime especial ST.
Artigo 37 do Livro II do Regulamento do ICMS, aprovado
Legislação : pelo Decreto nº 27427/00.

Consulta nº 054/24

I - RELATÓRIO

A empresa acima qualificada, mediante a Petição de Consulta Formal solicita entendimento sobre o Regime Especial ST, que foi publicado em diário oficial dia 20/12/23 conforme index [65646315](#).

Na inicial expõe:

Conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 20/12/2023, obteve o deferimento parcial do pleito realizado por meio do processo SEI040079/000185/2023 que consiste na concessão do Regime Especial de atribuição da condição de Substituto Tributário ao estabelecimento do CNPJ nº 45.543.915/0267-33, nos termos do Parecer 112 - Processo SEI-040079/000185/2023 (index [72696898](#)) e Despacho [63709712](#) passando a se enquadrar como contribuinte substituto no Estado.

Porém, conforme o citado Parecer nº 112, a atribuição da condição de Substituto Tributário relativa aos produtos constantes no Anexo I do Livro II do RICMS/RJ, foi deferida somente em relação as mercadorias provenientes de operações de transferência recebidas de estabelecimento do próprio grupo (CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA) e destinadas à distribuição no Estado do Rio de Janeiro, não abrangendo as aquisições de mercadorias direta de seus fornecedores, conforme estabelecido no art. 37, III, ambos do Livro II do RICMS/RJ (Decreto nº 27.427/2000), pedido este feito em seu pleito de Regime Especial.

Ocorre que cerca de 87% (oitenta e sete por cento) dos recebimentos no estabelecimento da Consulente se referem a aquisições diretas de fornecedores. Dessa forma, ao considerar a aplicação do Regime Especial de Substituto Tributário somente em relação aos recebimentos de transferência de mesmo titular, manter-se-ia a acumulação de crédito decorrente nas saídas interestaduais da Consulente, quando posterior à aquisição da mercadoria diretamente de fornecedor (que, neste caso, estaria sujeita à cobrança do ICMS por Substituição Tributária). Além disso, a Consulente tem recebimento de um mesmo produto (mesmo EAN/Código) ora por aquisição, ora por transferência, sendo que nesse caso seria aplicada tributação diversa a operação, sendo necessária a operacionalização de regras de tributação distintas ao mesmo produto a depender do

remetente da operação, inviabilizando o processo. Por fim, é totalmente incompatível a aplicação de tributações distintas para um único produto dentro do Estado do Rio de Janeiro.

No mais, a Consulente entende a necessidade de implementação do referido Regime no Centro de Distribuição Duque de Caxias (“CDD”) para a condição de substituto tributário, comprometendo-se a informar a todos os seus fornecedores sobre o não destaque e recolhimento do ICMS Substituição Tributária por força do regime especial concedido e da indicação, no campo “Informações Complementares” em suas NF-e emitidas com destino ao CNPJ 45.543.915/0267-33:

"O ICMS-ST será retido e pago pelo estabelecimento destinatário, CDD Duque de Caxias, CNPJ nº 45.543.915/0267-33 e I.E 75.849.75.3 – Regime Especial ST - Processo SEI040079/000185/2023."

Compromete-se, também, a destacar e apurar o ICMS-ST em suas subseqüentes NF-e de saída, emitidas com destino as respectivas filiais da Central de Distribuição Duque de Caxias (“CDD”) dentro do Estado do Rio de Janeiro, efetuando recolhimento em DARJICMS separado, contendo o seguinte texto:

"Substituição tributária, Regime Especial - ST - Processo nº SEI040079/000185/2023, ICMS-ST relativo às saídas subseqüentes realizadas na condição de Substituto Tributário."

E ainda, a Consulente irá calcular e recolher o ICMS devido por substituição tributária mediante a aplicação da alíquota correspondente diretamente sobre os preços nas operações com o comércio varejista, nos termos do §2º do artigo 5º do Livro II do RICMSRJ/00 e, quando for o caso, aplicar a MVA e PMPF previstas no Anexo I do Livro II do RICMS/00.

Diante de todo o exposto, a Consulente vem por meio desse solicitar esclarecimentos quanto aos seguintes questionamentos:

a) Haverá a publicação de uma minuta, decreto ou norma específica direcionada a Consulente pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, regulamentando e detalhando o teor do Regime em questão e nos moldes específicos da operação?

b) Podemos considerar a condição de Substituto Tributário no recebimento de mercadorias tanto em transferência quanto em aquisição de fornecedores, independente do remetente da operação, ou seja, a condição de Substituto Tributário com todas as mercadorias sujeitas ao ICMS-ST no Estado do Rio de Janeiro?

Por fim, a Consulente aguarda a confirmação dos pontos acima mencionados, para que possa dar seguimento aos desenvolvimentos sistêmicos para o início das atividades como substituto tributário o mais breve possível.

O processo encontra-se instruído com: Atos constitutivos (doc. [72696895](#)), documentos comprobatórios de recolhimento de Taxa de Serviços Estaduais (doc. [72696897](#)), assim como o parecer da AFE 07 (doc. [75784189](#)) conforme Resolução SEF nº 109/76.

II- ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre ressaltar que, conforme disposto no Regimento Interno da SEFAZ, aprovado pela Resolução SEFAZ nº 414/2022, a competência da Superintendência de Tributação, bem como da Coordenadoria de Consultas Jurídico Tributárias abrange somente a interpretação da legislação tributária fluminense em tese (quando há dúvida razoável ou quando a legislação é omissa), não cabendo à verificação da adequação da norma ao caso concreto.

Destacamos que após a publicação do Regime Especial ST, a empresa solicitou esclarecimentos no mesmo Processo SEI-040079/000185/2023 sob o index [68033517](#) com o mesmo teor do presente, onde respondemos no Parecer 51, sob o index [72262010](#), conforme o passo a transcrever:

“A empresa vem solicitar confirmações (doc. [68033517](#)) sobre os procedimentos acima transcritos nos seguintes termos:

- 1- Entende a necessidade do Centro de Distribuição Duque de Caxias (“CDD”) para a condição de substituto, comprometendo-se a informar a todos os seus fornecedores sobre o não destaque e recolhimento do ICMS Substituição Tributária por força do regime especial concedido e da indicação, no campo “Informações Complementares” em suas NF-e emitidas com destino ao CNPJ 45.543.915/0267-33:*

“O ICMS-ST será retido e pago pelo estabelecimento destinatário, CDD Duque de Caxias, CNPJ nº 45.453.915/0267-33 e I.E 75.849.75.3 – Regime Especial ST - Processo SEI-040079/000185/2023.”

*RESPOSTA: Confirmado. Conforme trecho do parecer do regime Especial ST: “Propomos a presente minuta de **DEFERIMENTO PARCIAL do Regime Especial - ST**, com prazo de validade até **30 de SETEMBRO de 2028**, atribuindo à requerente a responsabilidade pelo pagamento do imposto relativo a produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, do Anexo I do Livro II do RICMS/00, provenientes do **CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** e destinados à distribuição pela requerente no Estado do Rio de Janeiro, se aplicando também aos mesmos produtos provenientes de outras unidades da Federação”.*

- 2- Compromete-se, também, a destacar e apurar o ICMS-ST em suas subseqüentes NF-e de saída, emitidas com destino as respectivas filiais da Central de Distribuição Duque de Caxias (“CDD”) dentro do Estado do Rio de Janeiro, efetuando recolhimento em DARJ ICMS separado, contendo o seguinte texto:*

“Substituição tributária, Regime Especial - ST - Processo nº SEI-040079/000185/2023, ICMS-ST relativo às saídas subseqüentes realizadas na condição de Substituto Tributário.”

RESPOSTA: Confirmado. Conforme trecho do parecer do regime Especial ST: “O ICMS deverá ser pago até o dia 9 (nove) do mês subseqüente ao da saída da mercadoria do estabelecimento do requerente, mediante DARJ em separado, no código de receita 023-0. Também deve ser pago, nos termos da legislação e adicional relativo ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades (FECF)”.

- 3- A previsão para início das atividades do Centro de Distribuição nesta sistemática é 01/03/2024, sujeito ao recolhimento do ICMS até o dia 09 do mês subseqüente ao da saída da mercadoria do estabelecimento, mediante DARJ em separado, no código de receita 023-0.*

RESPOSTA: Entendemos que a requerente se obriga a observar os procedimentos do Regime Especial solicitado a partir da data de publicação. Dessa forma, se o fornecedor não tiver realizado a retenção durante esse período, a requerente será a responsável por fazê-la levando em consideração a ocasião da entrada da mercadoria.

- 4- O Carrefour irá calcular e recolher o ICMS devido por substituição tributária mediante a aplicação da alíquota correspondente diretamente sobre os preços nas operações com o comércio varejista, nos termos do §2º do artigo 5º do Livro II do RICMSRJ/00 aplicando as parcelas de Margem de Valor Agregado correspondentes ou, quando for o caso, com a aplicação dos preços fixos determinados pela autoridade competente (PMPF), conforme previsto no Anexo I do Livro II do RICMS/00.

RESPOSTA: Deve ser observada a legislação em relação à base de cálculo de acordo com a origem da mercadoria recebida.

Por fim, realçamos que devem ser observadas, no que couber, as demais normas em vigor como por exemplo a Resolução nº 578/23”.

III - Resposta

Dessa forma, respondendo de forma objetiva ao questionado no presente:

- a) Haverá a publicação de uma minuta, decreto ou norma específica direcionada a Consulente pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, regulamentando e detalhando o teor do Regime em questão e nos moldes específicos da operação?

RESPOSTA: O único fundamento fonte dos preceitos procedimentais solicitado e deferido é o próprio termo do Regime Especial – ST, Parecer 112 - Processo SEI-040079/000185/2023 (index [59723223](#)).

- b) Podemos considerar a condição de Substituto Tributário no recebimento de mercadorias tanto em transferência quanto em aquisição de fornecedores, independente do remetente da operação, ou seja, a condição de Substituto Tributário com todas as mercadorias sujeitas ao ICMS-ST no Estado do Rio de Janeiro?

RESPOSTA: Sim. Conforme esclarecido no Parecer 51 - Processo SEI040079/000185/2023 (index [72262010](#)).

Por fim, fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de mudança de entendimento por parte da Administração Tributária ou seja editada norma superveniente dispondo de forma contrária. À consideração de V. S^a.

Encaminhamos o Parecer sobre Pedido de Consulta Tributária [76331187](#) do órgão técnico desta Coordenadoria, cujo teor manifestamos concordância.

Considerando a possível repercussão geral da resposta desta Consulta, sugerimos a avaliação quanto à pertinência do encaminhamento dos autos à Subsecretaria de Estado de Receita para adoção das providências consideradas cabíveis; tendo em vista o disposto no §2º do artigo 37 do Capítulo II do Anexo à Resolução n.º 414/22^[1].

Em seguida, caso aplicável e com apreciação favorável ao parecer por parte do Sr. Subsecretário da Receita, sugerimos o encaminhamento à repartição fiscal de circunscrição do estabelecimento requerente, para dar ciência ao interessado, na forma preconizada pelo Art. 154^[2] do Decreto nº 2473/1979.

^[1] *2º As decisões emanadas no âmbito da Superintendência de Tributação, que causem grande impacto e repercussão geral, deverão ser previamente apreciadas pela Subsecretaria de Estado de Receita antes da produção de efetivos efeitos.*

^[2] *Art. 154. Respondida a consulta, o processo será devolvido à repartição de origem, para que esta cientifique o consulente, intimando-o, quando for o caso, a adotar o entendimento da administração e recolher o tributo porventura devido em prazo não inferior a 15 (quinze) dias.*